



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE OBTENÇÃO DE RECURSOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS BANCOS COMUNITÁRIOS

Yara Mendes Cordeiro Araújo
Universidade Estadual de Montes Claros/MG - Unimontes
yaramcamoc@yahoo.com.br

Luciene Rodrigues
Universidade Estadual de Montes Claros/MG - Unimontes
rluciene@unb.br

Introdução

A emergência e florescimento de variadas experiências de economia solidária em diversas partes do mundo têm suscitado o interesse de diversos segmentos sociais, entre eles pesquisadores, para melhor compreensão de práticas locais de empreendimentos solidários. O debate em torno da temática da economia solidária no Brasil é relativamente recente e tem se intensificado, sobretudo nas últimas décadas, com a crise da sociedade salarial e com as transformações no mercado de trabalho. Nesse contexto, florescem iniciativas de empreendedorismo social, como reação ao processo de redução relativa do emprego formal ou de barreiras à entrada de determinados segmentos da população ao mercado formal, desencadeando uma expansão de novas formas de produção e de organização do trabalho.

A economia solidária desponta, sobretudo no final no século XX, pela sua capacidade de articulação e mobilização em torno de causas e princípios humanos, éticos, ambientais e sociais, por meio de valores como cooperação, compartilhamento, participação, democracia, reciprocidade, confiança, horizontalidade, dentre outros.

Nesse sentido, a verificação do potencial dessas experiências coletivas coloca-se como um desafio à reflexão acadêmica. Conforme Santos (2005) cabe à academia propiciar uma melhor compreensão desse fenômeno, podendo fornecer elementos para a postulação e o exercício de políticas mais condizentes com a busca do interesse social. Palavras hoje revigoradas como local, comunitário, associativismo e redes evidenciam mudanças nos enfoques analíticos e na pauta política (SINGER, 2005). Entretanto, essa aposta no potencial de pequenas experiências coloca a necessidade de estudos no sentido de verificar, com embasamento empírico, os modos como estas experiências vêm se concretizando.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Nessa perspectiva, esta comunicação tem por objetivo analisar uma experiência de economia solidária na área de microfinanças, com o intuito de perceber seus fundamentos, suas formas organização, valores e recursos mobilizados. Para isso foi realizada uma pesquisa junto a algumas experiências de Bancos Comunitários, no município de Montes Claros, no estado de Minas Gerais – Brasil. A proposta desse tipo de iniciativa desenvolvida pelos setores populares é empreender ações que visem à geração de trabalho e renda a partir de uma pluralidade de formas econômicas. Na economia dos Bancos Comunitários, as estratégias para obtenção de recursos (renda principalmente) ocorrem, sobretudo por meio das atividades de crédito e poupança desenvolvidas nos “espaços públicos de proximidade” da comunidade local.

Para alcançar os objetivos propostos foi realizada uma pesquisa junto aos Bancos Comunitários de Montes Claros, nas áreas urbana e rural, para fins de conhecimento geral das experiências existentes, suas dinâmicas, estratégias, recursos, formas de estruturação, contribuição social e econômica advindas das práticas recíprocitárias. No segundo momento, a pesquisa concentrou-se na apuração de informações mais detalhadas relacionadas a dois Bancos Comunitários selecionados com base no tempo de existência (pelo menos dois anos) e na quantidade de participantes. A intenção era buscar perceber como os partícipes se mobilizam e são mobilizadas a se organizarem a fim de criarem estratégias para obtenção de recursos para satisfação de suas necessidades e em que medida essas experiências coletivas denominadas de Bancos Comunitários contribuem com o desenvolvimento de seus membros e da comunidade local.

2. Pluralidade Econômica, Economia Solidária e Microfinanças

No âmbito teórico, Polanyi (2000) constrói um esquema em que segundo ele é possível reconhecer o caráter plural da economia que não se resume somente à economia de mercado. O intercâmbio de mercado, embora dominante em várias sociedades, não eliminou outras modalidades de trocas. Ele contrasta a sociedade moderna com as sociedades primitivas e argumenta que a modernidade não exclui a tradição, o que torna possível a coexistência de diferentes modalidades de trocas que não somente a monetária. Além do mercado, as trocas podem ser movidas pelo



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

princípio da redistribuição, domesticidade e reciprocidade. Na *redistribuição*, o agente principal é representado por uma autoridade central responsável por redistribuir a produção que pode ficar sob a tutela de uma tribo, do senhor ou na modernidade na figura do Estado encarregado de distribuir os recursos alocados dos impostos destinados a prover as necessidades dos indivíduos; No princípio da *domesticidade* governa a produção domiciliar, distribuída e consumida no âmbito do grupo familiar. No princípio da *reciprocidade* observa - se a relação estabelecida entre várias pessoas por meio da troca de dádivas entre os membros visando criar ou reforçar laços sociais. Este tipo de sistema econômico presente nas sociedades primitivas como percebido por Mauss (2001; 2003), pode ser observado na modernidade, no contexto das relações familiares e comunitárias como, por exemplo, na Economia Solidária.

A partir do quadro de análise de Polanyi sobre os aspectos plural da economia, França Filho & Laville (2004) questionam em que medida a economia, entendida em seu sentido amplo pode se resumir ao circuito clássico das trocas constituído das esferas clássicas do Estado e do mercado; se a própria sociedade não tem nada em termos de criação e distribuição de riquezas ou de um outro modo de fazer economia. São com essas questões que os autores convergem com Polanyi no tocante ao não reducionismo da ação econômica apenas do ponto de vista do mercado.

Nesse aspecto, França Filho & Laville (2004) entre outros autores, defendem que em diferentes partes de mundo existem outras economias que nascem a partir da sociedade civil e dos meios populares. Tais iniciativas assumem diferentes configurações, desde aquelas que criam seu próprio circuito de produção e consumo, alimentando cadeias produtivas autônomas e, em algumas, fortemente baseadas em relações não-monetarizadas, até outras que empreendem relações mais permanentes com o mercado e desenvolvem diferentes tipos de parcerias como o poderes públicos. Vista por esse enfoque, a Economia Solidária poderia ser pensada numa outra perspectiva de desenvolvimento assentado em valores como autonomia, democracia, fraternidade, igualdade e solidariedade.

As finanças solidárias, uma das dimensões da Economia Solidária, dizem respeito a práticas econômicas de autogestão financeira pela ajuda mútua. Os Bancos Comunitários constituem parte das finanças solidárias.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Os Bancos Comunitários são uma metodologia para trabalhar o microcrédito e a poupança e representa uma maneira informal de a população de baixa renda se unir de forma associativa para obtenção de recursos econômicos.

O conceito de Banco Comunitário para a Instituição criadora¹ do modelo está relacionado a grupos solidários de crédito e poupança que tem como objetivo promover o desenvolvimento local, dos negócios e das pessoas, por meio do fortalecimento da capitalização de pequenas atividades econômicas, gerenciamento de recursos e processo educativo. Os Recursos os quais os Bancos Comunitários acessam são disponibilizados pela Agência Microfinanceira que, por sua vez, acessa recursos de agentes financiadores como o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e o SEBRAE Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas.

O objetivo central destes programas é facilitar o acesso de famílias pobres a pequenas quantias que lhes permitam empreenderem ou sustentar atividades econômicas produtivas. Os programas de crédito têm sido utilizados com especial intensidade no Sudeste Asiático, particularmente em Bangladesh e na Índia, e passaram inclusive a ser uma estratégia do Banco Mundial na luta contra pobreza.

O sistema de Bancos Comunitários pode ser considerado como uma estratégia de desenvolvimento local com base em sistemas alternativos fundados no princípio da reciprocidade. A figura 1 mostra a cronologia de surgimento dos Bancos Comunitários. Nota-se que o sistema surgiu no ano de 2001 em Alagoas como projeto piloto na comunidade de Brejal nos arredores de Maceió. Posteriormente, ampliou-se para outros Estados do Nordeste e Norte de Minas, onde existe desde 2004. No sistema de Bancos Comunitários, estão incluídos mais de 500 grupos sociais formados em todo Brasil dentro de comunidades de baixa renda do Nordeste (Ceará, Alagoas, Pernambuco e Bahia); Minas Gerais (Montes Claros, Lontra e Japonvar) e Vale do Jequitinhonha (Araçuaí, Itinga e Coronel Murta).

2001

2002

2002

2003

2004

¹ Os Bancos Comunitários, objeto desta pesquisa, são apoiados por organizações do Terceiro Setor. A Instituição responsável pela criação da metodologia é a Visão Mundial, organização não-governamental (ONG) humanitária cristã que atua em aproximadamente 100 países no enfrentamento da pobreza e da exclusão social. A ONG atua em parceria com ANDE-Agência Nacional de Desenvolvimento Microempresarial, entidade microfinanceira que implementa a metodologia de Bancos nas comunidades inseridas em contextos de pobreza e exclusão social no Nordeste e de Minas.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Maceió Recife Fortaleza Salvador Montes Claros

Figura 01 – Linha Cronológica dos Bancos Comunitários

Fonte: Relatório final de avaliação dos Bancos Comunitários – Agência Nacional de Desenvolvimento Microempresarial - ANDE – 2005.

3. Os Bancos Comunitários do Norte de Minas

No Norte de Minas existia, em 2008, 24 Bancos Comunitários ativos com um total de 305 integrantes, sendo a maioria composta por mulheres que desenvolvem pequenas atividades² de artesanato, confecções, produtos alimentícios e correlatos. Em Montes Claros, onde se focalizou a pesquisa empírica, foram registrados sete Bancos compostos de 108 pessoas. As experiências estão localizadas em áreas urbanas, sendo que somente uma funciona em área rural (Banco Mandacaru), o que ilustra uma realidade onde o acesso aos serviços financeiros é ainda mais difícil.

Os Bancos Comunitários pesquisados foram: (1) Unidos Venceremos (Bairro Village do Lago II); (2) ASA - Amigas Solidárias do Alterosa (Bairro Alterosa); (3) A União faz a Força (Bairro Jaraguá); (4) Jesus é a Força (Bairro Conjunto Joaquim Costa); (5) MEU - Mandacarú, Esforço e União (Zona Rural de Mandacaru); (6) Boa Vontade (Bairro Esplanada); e, (7) Aliança (Bairro Santo Inácio).

De modo geral, os grupos elegem uma diretoria composta por um presidente, secretário, tesoureiro e fiscal, livro de atas para registro de reuniões, regulamento interno determinando as normas e o sistema da autogestão. Reúnem-se semanalmente, em salões comunitários ou na casa de um dos membros, e são formados por grupos de 10 a 25 membros na sua maioria do sexo feminino que estão em desvantagem no mercado de trabalho, desempregadas ou sem emprego formal e, portanto trabalham por conta própria. Um Banco Comunitário abre uma conta bancária numa instituição financeira convencional (Banco Comercial) para realizar os depósitos de poupança do grupo.

Pôde-se perceber que embora estejam dentro de uma mesma metodologia, cada grupo tem a sua especificidade em relação ao tamanho e na forma de se apropriar

² Uma vez constituídos por pequenos grupos de vizinhança e de amizade, os Bancos Comunitários acessam recursos financeiros disponíveis pela instituição de fomento para fins de investimento nas atividades produtivas individuais ou coletivas. Cada membro recebe financiamento que pode variar de R\$100,00 a R\$ 3000,00 com taxa inicial de 4,5% ao mês com prazo de financiamento em até 06 meses. A média de empréstimos concedidos a cada sócio dos Bancos Comunitários no norte de Minas está em torno R\$360,00.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

dos recursos. Há grupos com 10 membros, outros com 15 outros com 20. Dos Bancos visitados somente em um consta a presença masculina, um homem que exerce atividade de alfaiataria.

Uma característica marcante das experiências pesquisadas é que uns são mais dinâmicos, outros menos e nem por isso deixam de empreender e de se articular, cada um a seu jeito. As características de cada grupo são diferentes, enquanto em uns tem uma mistura de mulheres jovens com idade entre 20 e 40 anos, outros tem um grupo de mulheres com “idade de ouro” (acima dos 50 como elas próprias se identificam) que, com a sua tranqüilidade, mansidão e leveza, conseguem administrar o Banco e cuidar bem das finanças.

Com relação ao número de tomadores de crédito, do total de 108 sócias, 72 acessam o crédito, o que significa que a maioria possui atividade produtiva e tem no crédito um motivo para aumentar suas rendas.

3.1 A escolha estratégica de participar dos Bancos Comunitários por meio de distintas fontes de alocação de recursos

Para participar de um Banco Comunitário, o interessado deve pertencer à comunidade local, possuir pequena atividade econômica que demanda pouco capital para operacionalização, participar ativamente da implantação da metodologia de Banco Comunitário, gerenciar a atividade do Banco, participar da capacitação sobre a metodologia e das reuniões educativas, obrigarem solidariamente uns pelos outros na garantia dos pagamentos das parcelas do financiamento adquirido junto à Instituição financeira.

A Agência microfinanceira de apoio aos Bancos Comunitários tem um papel estratégico na articulação dos grupos mediante o estímulo a participação no circuito comunitário que equivale a um ciclo, tempo onde ocorrem as atividades de um Banco Comunitário que geralmente tem duração em torno de 4 a 6 meses. Durante esse período, os membros do Banco se comprometem em participar das atividades de crédito e poupança dentre outras. O início do ciclo começa quando a Agência microfinanceira empresta o crédito ao Banco que repassa aos sócios que devem investir na atividade produtiva e retornar ao Banco que, por sua vez, reembolsa a Instituição credora completando o ciclo.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

No campo peculiar de finanças solidárias dos Bancos Comunitários, observamos que além da reciprocidade no crédito, há uma pluralidade de formas de alocação de recursos. As estratégias coletivas são buscadas também na poupança, nos mutirões e na caixinha e ademais, nos recursos imateriais e, portanto simbólicos.

Para o acesso ao crédito, todo tomador terá que possuir uma poupança com fundo de reserva de 10% do valor que deseja financiar em depósito na conta interna do Banco a fim de solicitarem empréstimo externo. Os sócios devem residir na comunidade e organizar-se em grupos solidários compostos por pessoas com mais de 18 anos que estão de acordo em garantir mutuamente os pagamentos de capital e juros do Banco Comunitário. Caso os grupos não possam pagar, os empréstimos devem ser garantidos por todos os sócios do Banco Comunitário. Embora os valores possam ser utilizados individualmente, todos se responsabilizam pelo montante global, adquiridos junto à instituição financeira. Nesse sentido, uma solicitação de crédito deve ser aprovada por todos do Banco.

A alocação dos recursos em um Banco Comunitário faz-se também mediante a poupança solidária, onde as participantes são orientadas a constituírem um fundo coletivamente. A poupança coletiva acrescentada ao financiamento dos comunitários é incentivada pela entidade apoiadora e cumpre os objetivos de capitalizar os associados, funciona como garantia colateral, elemento agregados do grupo, aumento do capital de trabalho para expansão das atividades econômicas ou para emergências de outras necessidades. Cumpre ressaltar que a poupança só poderá ser retirada após o ciclo ou em casos emergenciais. Entre os relatos da utilização da poupança, algumas citaram a realização de um sonho como, por exemplo, troca de telhado da casa, viagem para pagamento de promessa, compra de eletrodomésticos dentre outros.

Quanto aos valores a ser depositado por cada integrante, esse é acordado no regimento interno de cada Banco. No geral observamos que em cada grupo, os valores de poupança são diferenciados, uns depositam mais, outros menos. O primeiro norteador para um Banco é a poupança que cria uma cultura de saber economizar. No geral observamos que em cada reunião, os valores depositados por cada membro podem chegar a R\$ 2,00; R\$ 5,00; R\$10,00 ou mais. Para Abramovay (2002, p. 2):

A poupança foi, até recentemente, uma espécie de “metade esquecida” das finanças dos pobres. Por mais precária que seja sua situação, os indivíduos procuram preparar-se para enfrentar gastos referentes a seus ciclos de vida (casamento, enterro, nascimento de um filho), a emergências (morte de um



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

animal, perda de emprego, doença) ou a oportunidades de compras e investimentos.

Em depoimentos verificamos algumas comunitárias que fizeram melhorias em suas casas com o dinheiro da poupança, como no caso de uma sócia do bairro Alterosa que participa somente como poupadora há dois anos. A comunitária diz ter trocado o telhado da casa, comprado um tanque para lavar roupas e também tijolos para ampliar a casa. Segundo ela: “*se o dinheiro for só para comprar comida não sobra para nada, por isso deposito*”.

Quantos aos valores da poupança arrecadada, estes são registrados em ata e depositados em uma conta externa de um banco convencional. Os extratos de depósitos são anexados nos controles contábeis do grupo. Os depósitos são realizados logo após o término das reuniões para que se evite que o dinheiro seja guardado na casa de algum comunitário e para salvaguardar de possíveis desvios do recurso. A conta poupança aberta no banco externo fica no nome de dois comunitários da diretoria, a saber, o presidente e o tesoureiro responsáveis por realizar os depósitos e retirada dos valores. Há diferenças quanto aos valores recolhidos para o fundo de poupança entre os Bancos, uns recolhem mais outros menos.

Além das operações de crédito e de poupança, que exigem intensa mobilização do capital social e aceitação de normas éticas e morais da comunidade, os grupos são orientados a repartir o fundo extra, uma *caixinha* mantida pelo Banco com realizações de eventos como festival de sorvetes, feijoada, rifas. O sistema de *caixinha* serve, segundo Fiori (2004), para conceder crédito aos participantes, limitados ao valor disponível na *caixinha* sem a cobrança de encargos. Nos Bancos, a *caixinha* tem sido utilizada como fundo extra para “engordar” a poupança solidária ou para outras finalidades coletivas como pagamento de transporte para os membros quando no depósito do fundo da poupança em agência bancária central. A administração desse recurso pelos membros passa pela repartição igualitária entre os participantes.

O compartilhamento do trabalho nos mutirões constitui outra forma dos grupos se auto-organizarem para realização e concretização de projetos com vistas à obtenção de renda. Consiste em associar o conjunto de membros na execução de seus próprios projetos coletivos. Nesse sistema, os partícipes reinventam práticas coletivas tais como festival de sorvetes, feijoada, venda de rifas, dentre outros. Cabe registrar



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

que no regulamento interno de cada Banco há uma previsão de realização de mutirões pelo menos uma vez ao mês.

A frequência da ocorrência dos mutirões varia de Banco para Banco, sendo que cada um tem dinamicidade diferenciada para recorrer a determinadas estratégias. Cada membro deve dar a sua contribuição no preparo e venda dos produtos e recebe cada qual a sua parte nas tarefas praticadas. O montante conseguido nesses eventos é repartido de forma simétrica para cada um que deu a sua contribuição no trabalho comunitário. Além da amizade, fortalecimento do laço social e união, os mutirões contribuem para o reforço da poupança solidária, pois na maioria das vezes, as comunitárias preferem guardar na poupança o recurso conseguido com esse tipo de estratégia, ou em outros casos, os recursos dos mutirões servem para pagar o débito de algum membro que por ventura, esteja em dificuldades de pagamento do empréstimo. Nessas estratégias desenvolvidas pelo Banco, quem não participa perde prestígio e honra e não compartilha dos recursos alocados. Desse modo, pode-se verificar empiricamente no agir dos sujeitos sociais uma tríplice obrigação do *dar, receber e retribuir* como na perspectiva da dádiva defendida por Mauss (2001;2003).

Os recursos simbólicos, tais como, a solidariedade, a cooperação, o capital social, as relações de proximidade e confiança dos comunitários são fatores endógenos importantes que contribuem para os resultados dos circuitos dos grupos.

A ação desencadeada nos grupos sociais articula a dimensão de solidariedade, que começa a ser constituída a partir da poupança e eventos na comunidade. A solidariedade nesse contexto de ação é crucial para o resultado final. Nos grupos, os recursos imateriais como a solidariedade e a confiança são desafios a serem trabalhados para consolidação de um Banco. A noção de solidariedade e de confiança é desenvolvida de forma gradual nos grupos, porque, tanto do ponto de vista conceitual quanto prático, essas categorias não estão postas, há inicialmente uma resistência em relação à questão da confiança das finanças compartilhadas, sobretudo da diretoria, responsável por gerenciar os recursos de modo sistematizado.

Segundo Vieira (2005, p. 8), “ninguém acorda ou acordará de um dia para o outro ‘autogestionário’, faz-se necessário um processo de reflexão crítica (...) sobre esta possibilidade concreta de rompermos com a alienação e estranhamento na



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

organização e elaboração dos processos de trabalho”. Quando a solidariedade e a confiança vão sendo consolidadas³, o Banco se torna fluído, todos beneficiam dos recursos alcançados. Nesse sentido, a contribuição de cada um faz a diferença na consolidação das atividades coletivas.

3.2 Alguns impactos dos Bancos Comunitários

No intuito de verificar a ocorrência de transformações econômicas e sociais a partir da prática das finanças solidárias selecionou-se a partir dos critérios citados, os Bancos “Unidos Venceremos” do bairro Village do Lago II (Grupo I) e “Jesus é a Força” do Conjunto Joaquim Costa (Grupo II). Com um total de 41 integrantes, sendo 24 pertencentes ao Grupo I e 17 do Grupo II. Foram aplicados entrevistas e questionários a 35 participantes dos dois grupos pesquisados sendo que 6 comunitárias não foram encontradas nas visitas.

Os participantes dos dois Bancos são em sua totalidade do sexo feminino, com idade média de 36 anos sendo que 63% estão na faixa de 26 a 45. Do total de comunitárias pesquisadas, a maioria possui filhos, com exceção de três comunitárias solteiras (do bairro Conjunto Joaquim Costa). Quanto à renda das participantes dos Bancos Comunitários, a maioria possui baixa renda, em geral mais de 94,% possuem renda mensal entre um a três salários mínimos.

Quanto ao nível de escolaridade, 54,0% das comunitárias têm o ensino fundamental incompleto; 9,0% cursaram o ensino fundamental completo; 6% possuem ensino médio incompleto; 28,0% cursaram o ensino médio completo; e 3% têm formação superior incompleta. A partir do perfil das integrantes dos dois Bancos pesquisados observamos que um fator em comum que aproxima os dois grupos é a motivação pela renda principalmente para as mulheres com menor escolaridade.

Com relação à ocorrência de mudanças econômicas e sociais, para as integrantes dos dois grupos antes, não tinham capital e hoje conseguem ter uma renda, seja vendendo algo ou poupando. Nesse sentido, percebem que o Banco está

³ No norte de Minas e em especial em Montes Claros, leva-se de 1 a 2 meses para a consolidação de um Banco Comunitário. As reuniões dos Bancos podem funcionar semanal, quinzenal ou mensalente. O trabalho de mobilização por parte da instituição de apoio inclui palestras sobre Bancos Comunitários, normas de cooperação etc.



movimentando a comunidade. Quanto às mudanças ocorridas nas atividades econômicas, destacam-se algumas conforme informações contidas no GRAF. 1.

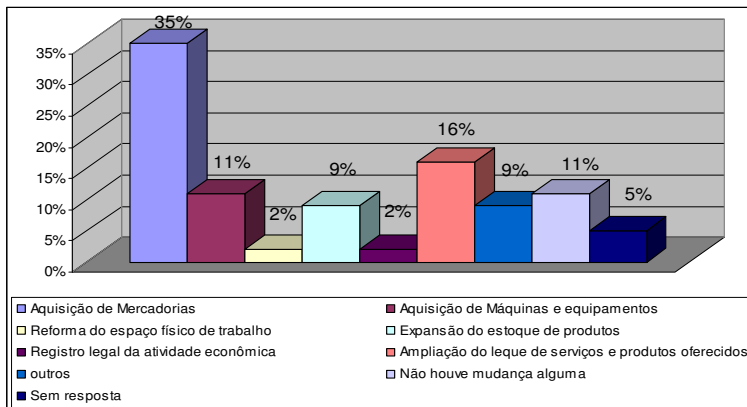


GRÁFICO 1 - Mudanças ocorridas na atividade econômica após investimento advindo das operações de crédito (N=18). A soma dos dados apresentados é superior a 100% pelo fato de as entrevistadas terem respondido mais de uma opção.

Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009.

Como evidenciado no GRAF. 1, as mudanças na atividade econômica das comunitárias ocorreram principalmente com o investimento em mercadorias mediante o capital de giro para compras à vista. Esse foi o fator mais significativo dos investimentos. Para a maioria das sócias que solicitou o crédito, houve alguma mudança na atividade econômica mediante a participação no programa de microcrédito.

Em relação à poupança, algumas comunitárias disseram resolver problemas inadiáveis com o dinheiro depositado como tratamento de saúde, compra de enxoval do bebê, reforma da moradia ou aquisição de eletrodomésticos, ações que incidem diretamente na melhoria da qualidade de vida. Esse dado mostra a importância da poupança, mesmo que pequena, para as comunitárias. Do total da amostra (35 sócias) 94% têm algum valor poupado no Banco Comunitário. O GRAF.2 apresenta os percentuais relacionados a importância atribuída a poupança.

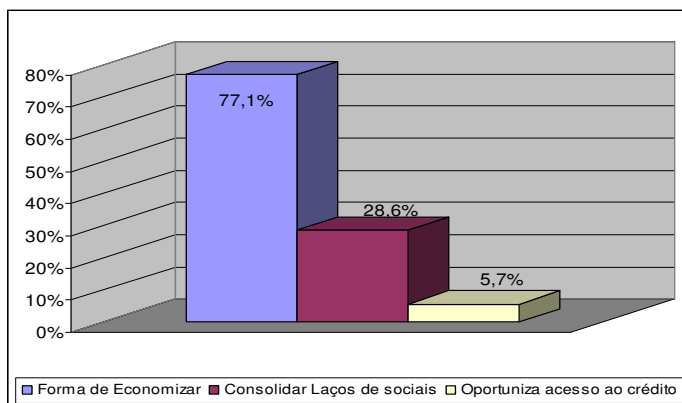


GRÁFICO 2 - Importância atribuída à poupança pelas comunitárias (N=35)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009.
A soma dos dados apresentados é superior a 100% pelo fato de as entrevistadas terem respondido mais de uma opção.

De acordo com as entrevistadas, a poupança conjunta ajuda nas adversidades e no pagamento das prestações. Quanto aos valores depositados por cada sócia, esses podem variar de R\$ 5,00 a R\$ 10,00 por reunião. Quanto à frequência, registrou-se que a maioria das sócias poupam em quase todas as reuniões. As comunitárias são orientadas a pouparem em todas as reuniões que ocorrem uma vez por semana em cada grupo pesquisado. Assim, como ressaltado, quase todas as participantes tem uma poupança, exceto duas comunitárias que estavam iniciando no grupo.

Do ponto de vista econômico, as entrevistadas revelaram que antes do Banco na Comunidade elas não economizavam, agora passaram a economizar mais. *“Antes eu dava sem pensar cinquenta centavos, um real, dois reais para os meninos comprar pirulito e chup-chup⁴, agora eu pego esses trocados e deposito na poupança”* (Sócia 1 do Banco “Unidos Venceremos”).

Em relação à poupança, são vários os depoimentos sobre a sua importância e impacto:

“Eu não consigo guardar dinheiro de jeito nenhum, dinheiro na minha mão, o que entrar eu gasto à toa mesmo, e lá foi uma fonte que a gente encontrou para depositar, que se tivesse em casa eu não teria ele guardado, no Banco eu deposito já pensando em algo importante no que vou realizar”

(Sócia 7, Banco “Unidos Venceremos”).

“O sonho que eu realizei com o dinheiro da poupança foi fazer uma viagem para a Lapa de Bom Jesus, foi uma promessa de levar o meu sobrinho deficiente caso ele não morresse, daí retirei R\$350,00 da poupança para pagar essa promessa”

(Sócia 3, Banco “Jesus é a Força”).

“Para mim mudou muito porque foi uma maneira que eu consegui de economizar, porque eu não conseguia poupar hoje o que eu consigo lá, porque mesmo se você tiver uma conta em outro banco você não consegue poupar igual aqui que pode depositar qualquer valor, porque é uma coisa segura. No meu caso, depois que eu entrei no “Banquim” eu consegui fazer uma poupancinha e realizei um sonho que foi comprar um son. No dia eu até chorei, foram tantas lágrimas!!! E agora eu estou voltando a poupar de novo para comprar o meu fogão, isso sem mexer no empréstimo, só com o dinheiro da poupança.

(Sócia 6, Banco “Unidos Venceremos”).

O que o Banco mudou para mim em relação à poupança foi que qualquer quantia que a gente leva para lá a gente deposita e com isso eu consegui trocar uma de minhas máquinas de costurar e comprar um sofá. Com certeza se não fosse a poupança e mesmo o dinheiro do empréstimo com certeza, eu não teria conseguido. E eu não costumo perder uma reunião, só se não tiver jeito, porque a gente fica o tempo todo dentro de casa cansada e

⁴ Espécie de refresco ou picolé vendido em casa.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

estressada e no dia na reunião a gente distrai, às vezes aparece curso, agente brinca e todo mundo volta feliz”.

(Sócia 8, Banco “Unidos Venceremos”).

Quanto à renda gerada no Banco Comunitário com os recursos da poupança e crédito, os dados mostram que 77% das entrevistadas responderam que a renda é aplicada na família, sobretudo no cuidado com os filhos e na melhoria da moradia e compra de eletrodomésticos. Em relação a 14%, que não investiu ainda, justificaram estar há pouco tempo no Banco somente como poupador e portando ainda não retiraram o dinheiro para investimentos. Quanto aos 9% que disseram ter investido na vida pessoal, trata de mulheres solteiras e sem filhos.

Yunus assinala que:

O dinheiro, quando utilizado por uma mulher numa família, beneficia mais o conjunto dos membros do que quando é utilizado por um homem (...). Na prática nos constatamos que as mulheres (...) se adaptam melhor e mais rapidamente que os homens ao processo de auto-assistência. Elas são mais aplicadas, procuram garantir o futuro dos filhos e revelam uma constância maior no trabalho (YUNUS, 2006, p.117).

Segundo declarações das entrevistadas, o crédito repassado pela Instituição microfinanceira é utilizado para alavancar a atividade econômica e em complemento, as poupanças têm contribuído para melhorias na renda.

Apesar de as comunitárias terem apontado o crédito e poupança como fontes de renda, elas testemunham que, é preciso uma ampliação dessas oportunidades, de modo que elas não se reduzam ao acesso ao crédito e à poupança, muito pertinentes para a geração de renda. Contudo, é preciso destacar os sentimentos das próprias pesquisadas quanto à falta de algo mais nos Bancos Comunitários. Na suas percepções, falta incentivo, mais eventos, prazos mais longos para pagamentos do financiamento, falta um computador para administrar as contas do Banco, interação com outros Bancos, espaços de feiras para venda dos produtos, entre outros. Segundo depoimentos obtidos nos questionários e também das entrevistas não basta somente reuniões, sentar, poupar e pegar o crédito. As expectativas são evidenciadas em algumas falas tais como “*Você tem que ter uma motivação a mais para você ir às reuniões, se for só poupar e reunir é pouco, precisamos de palestras, cursos, eventos etc.*”. As falas evidenciam a necessidade de investimento em capital humano como, por exemplo, no aprimoramento de suas habilidades mediante capacitação. Assim, o Banco seria uma atividade “meio” e



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

não uma atividade “fim” de crédito e poupança. Seria para elas, um meio de ampliação de liberdades diversas e de emancipação.

Apesar da percepção das comunitárias, no que refere ao que falta nos Bancos Comunitários para a ampliação das suas oportunidades, ao mesmo tempo nos dois grupos pesquisados existe o desejo de continuarem a frequentar os espaços do Banco ou do “*Banquinho nosso*” como carinhosamente é chamado por algumas, uma vez que ele representa no contexto em que vivem, uma alternativa para obtenção de recursos econômicos além de propiciar novas sociabilidades.

Considerações finais

As integrantes vêm na participação solidária possibilidades de melhoria das suas condições de vidas mediante o apoio mútuo. No espaço dos grupos, o agir dos sujeitos sociais torna-se uma alternativa de recursos econômicos e possibilita a criação de outro tipo de relações assentadas no plano simbólico, de *responsabilidade-pelo-outro*. Baseados na cooperação, os participantes dos Bancos Comunitários desenvolvem normas e padrões de reciprocidade que mais que uma simples “Instituição Econômica, é um mecanismo que fortalece a solidariedade comunitária” (PUTNAM, 1996, p. 179).

Nas observações de Pinto (2006), o engajamento voluntário, a exemplo dos Bancos Comunitários, contribui para a emergência, a partir das relações mediadas pelo trabalho associado, de novos significados compartilhados, novas solidariedades que requalificam os sentidos do trabalho, da produção, do consumo e das trocas.

Além dos aspectos simbólicos, os grupos acessam dois tipos de recursos econômicos, um externo e outro interno: o externo é proveniente da Agência de microfinanceira e deve ser usado somente como capital produtivo. O interno é composto de poupanças mobilizadas e receitas internas do Banco provenientes de outras atividades como explicitado. Esse recurso pode ser utilizado como capital produtivo ou consumo; pode ser oferecido a membros e não membros desde que aprovado pelo Banco.

Pode se depreender que a forma de organização dos Bancos Comunitários permite a formação de redes de solidariedade para o desenvolvimento socioeconômico dos territórios em que estão envolvidos. Nessa perspectiva, os partícipes das



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

experiências recorrem a diversas estratégias desde as econômicas a práticas de reciprocidade e da cooperação.

Assim, nos Bancos Comunitários, a ação não se reduz a racionalidade do *homo oeconomicus*, mas desloca-se para o *Ser Solidário*, em que “as relações diretas personalizadas ultrapassam o contrato entre pessoas, para englobá-lo na busca de fins comuns” (CHANIAL e LAVILLE, 2009, p. 21).

Nesse sentido, as diferentes estratégias criadas nas experiências geram oportunidades para obtenção de diferentes recursos, materiais e simbólicos capazes de fomentar a geração de trabalho, renda e reprodução social das famílias mediante as mutualidades das sociabilidades primárias.

Os Bancos Comunitários, inseridos no contexto do século XXI, são um desses exemplos de iniciativas que emergem como reação das populações desfavorecidas às condições impostas pelo sistema econômico dominante. São entendidos como modalidades da Economia Solidária e podem ser compreendidos como espaço social em que as pessoas de determinada comunidade criam redes de solidariedade para gerirem um fundo econômico relacionado ao crédito, poupança e outras atividades.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **As finanças ocultas dos pobres** - Folha de São Paulo, 5 de julho de 2002. Disponível em:

http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_jornal/2002/Asfinancas_ocultas.pdf.

Acesso em: 17/02/09.

CHANIAL, Philippe; LAVILLE, Jean-Louis. **Associativismo**. In: PEDRO, Hesperia *et al.* Dicionário internacional da outra economia. Centro de Estudos Sociais. Portugal/Coimbra, G.C., Gráfica de Coimbra, Ltda, 2009.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

FIORI, Anita *et al.* **Entendendo a história das microfinanças.** In: ROCHA, Angela da; MELLO, Renato Cotta de. (orgs.). O desafio das microfinanças. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais.** Revista Bahia Análise e Dados, Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, jun. 2002.

_____; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva: Introdução de Claude Levi Strauss. Perspectivas do homem.** Lisboa Portugal, 2001.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: Cosac Naift, 2003.

VIERA, Fábio Mourão. **Coerência e aderência da Economia Solidária: Um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul.** 2005. Tese (doutorado em Economia) - Departamento de Economia – USP. São Paulo, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005.

_____. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil.** In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.) Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

POLANY, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época.** Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

PINTO, João Roberto Lopes. **Economia Solidária. De volta a arte da associação.** UFRGS. Porto Alegre, 2006.

YUNUS, Muhammad. **O Banqueiro dos Pobres.** São Paulo: Ática, 2006.